

## De novo! castanha-da-Amazônia ou da Amazônia? Uma Análise prévia dos Discursos sobre a Identidade Cultural e a Apropriação Regional

### Again! Brazil Nut or Amazon Nut? A Preliminary Analysis of Discourses on Cultural Identity and Regional Appropriation

Sara Gabriela Aires Bezerra<sup>1</sup>  
 Sonia Regina Pereira da Cunha<sup>2</sup>  
 Thiago Barbosa Soares<sup>3</sup>

#### Resumo

Este artigo investiga a polêmica em torno da nomenclatura da castanha-do-Pará, também conhecida como castanha-da-Amazônia, que emergiu como um acontecimento discursivo nas redes sociais e outros meios midiáticos. A análise fundamenta-se nos estudos de Patrick Charaudeau, Dominique Maingueneau e Thiago Barbosa Soares, explorando como os discursos construídos em torno dessa controvérsia revelam disputas identitárias e culturais. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em revisão bibliográfica e análise discursiva de textos midiáticos. Os discursos analisados foram selecionados a partir de sua relevância na construção de representações regionais e na forma como estabelecem relações de poder e legitimidade discursiva, ou seja, a decisão em analisar os discursos de Alane Dias e Adanilo se justifica pela relevância na construção e contestação da identidade regional paraense, todavia interessa-nos o “como” entre os pontos A e B, como o filósofo Pêcheux conceitua o discurso. Para garantir uma compreensão aprofundada da polêmica, foram selecionados materiais publicados em redes sociais e veículos de comunicação, além de referências teóricas dos principais estudiosos da análise do discurso. Porquanto, os resultados indicam que a polêmica não se restringe a uma questão terminológica, mas reflete um embate discursivo que envolve memória coletiva, identidade territorial e construção de sentidos no espaço público. Segundo as contribuições teóricas, nota-se que o discurso midiático exerce um papel crucial na formulação e manutenção das identidades culturais, evidenciando que a linguagem não somente representa a realidade, mas a constrói e a transforma constantemente.

**Palavras-chave:** castanha-da-Amazônia. castanha-da-Amazônia. Análise Do Discurso. Redes sociais. Identidade cultural. Acontecimento discursivo.

#### Abstract

This article investigates the controversy surrounding the nomenclature of the Brazil nut, also known as the Amazon nut, which emerged as a discursive event on social media and other media outlets. The analysis is based on the studies of Patrick Charaudeau, Dominique Maingueneau and Thiago Barbosa Soares, exploring how the discourses constructed around this controversy reveal identity and cultural disputes. Methodologically, a qualitative and exploratory approach is adopted, based a bibliographic review and discursive analysis of media texts. The discourses analyzed were selected based on their relevance in the construction of regional representations and the way they establish relations of power and discursive legitimacy. In other words, the decision to analyze the discourses of Alane Dias and Adanilo is justified by their relevance in the construction and contestation of the regional identity of Pará. However, we are interested in the “how” between points A and B, as the philosopher Pêcheux conceptualizes discourse. To ensure an in-depth understanding of the controversy, materials published on social media and in the media were selected, as well as theoretical references from leading scholars of discourse analysis. The results indicate that the controversy is not restricted to a terminological issue, but

<sup>1</sup> Graduada em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-0418-3860>. E-mail: [gabriela.aires@mail.uft.edu.br](mailto:gabriela.aires@mail.uft.edu.br).

<sup>2</sup> Mestra em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4551-9127>. E-mail: [sonialetras@mail.uft.edu.br](mailto:sonialetras@mail.uft.edu.br).

<sup>3</sup> Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor adjunto no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e pesquisador bolsista de produtividade do CNPq. <https://orcid.org/0000-0003-2887-1302>. E-mail: [thiago.soares@mail.uft.edu.br](mailto:thiago.soares@mail.uft.edu.br).

reflects a discursive clash involving collective memory, territorial identity and the construction of meanings in the public space. According to the theoretical contributions, it is clear that media discourse plays a crucial role in the formulation and maintenance of cultural identities, showing that language not only represents reality, but constantly constructs and transforms it.

**Keywords:** Brazil nut. Amazon nut. Discourse Analysis. Social media. Cultural identity. Discursive event.

## 1 Introdução

A castanha-da-Amazônia, produto emblemático da biodiversidade brasileira, tem sido objeto de acalorados debates em torno de sua nomenclatura e das implicações culturais que essa designação carrega. Historicamente denominada “castanha-do-Pará” em razão da centralidade econômica desse estado na exportação da oleaginosa, a castanha passou, nos últimos anos, a ser referida também como “castanha-da-Amazônia”. Essa mudança nominal, embora aparentemente sutil, carrega em si tensões simbólicas que revelam disputas por reconhecimento, pertencimento e representação territorial.

À medida que a Amazônia ganha proeminência no cenário geopolítico e ambiental, as narrativas em torno de seus produtos passam a refletir conflitos identitários. A mídia e as redes sociais desempenham papel crucial nesse processo, amplificando discursos que tanto reforçam quanto contestam sentidos historicamente estabelecidos. Em termos práticos, não se trata somente de um debate linguístico ou terminológico, mas de um embate simbólico em torno de quem tem o direito de nomear — portanto, de representar — um bem cultural e econômico da região Norte do Brasil. Ademais, há impactos diretos sobre a valorização desse produto no mercado nacional e internacional, podendo afetar a economia local e como a Amazônia é representada na esfera pública.

Sob essa contextualização, a justificativa para a realização deste trabalho surgiu da necessidade de compreender como os discursos midiáticos podem impactar direta ou indiretamente comunidades amazônicas, agentes do setor agrícola, consumidores e formuladores de políticas públicas, especialmente no contexto amazônico, onde a valorização cultural está intrinsecamente ligada a disputas por território, pertencimento e visibilidade. Com isso, ao analisar a controvérsia sobre a nomenclatura da castanha, busca-se refletir sobre os modos como a linguagem atua na legitimação de sentidos e no apagamento de outros.

Diante disso, este artigo tem por objetivo analisar os discursos midiáticos que envolvem a disputa terminológica entre “castanha-do-Pará” e “castanha-da-Amazônia”, com ênfase nas implicações identitárias regionais expressas na mídia digital. A partir da Análise do Discurso de linha francesa, busca-se compreender como a linguagem midiática atua na construção simbólica de pertencimentos

amazônicos, especialmente fundamentada nos postulados de Michel Pêcheux, Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau, ao proporem uma análise que ultrapasse a simples descrição dos enunciados e se debruce sobre seus efeitos de sentido.

Essa investigação parte da hipótese de que o embate terminológico encobre disputas mais profundas de memória, pertencimento e hegemonia simbólica sobre o espaço amazônico, sendo os discursos mobilizados — sobretudo nas mídias sociais — indícios de conflitos ideológicos latentes. Como pontua Pêcheux, o discurso nunca é neutro; ele é atravessado por formações ideológicas que estruturam o modo como os sujeitos significam o mundo.

Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa e de caráter exploratório, ancorada nos princípios da Análise do Discurso, privilegiando a leitura interpretativa dos enunciados em circulação nas redes e em textos jornalísticos. A motivação em selecionar os discursos midiáticos dos atores Alane Dias e Adanilo se justifica pela repercussão midiática de suas formações discursivas na construção e contestação da identidade regional paraense, ou seja, “o discurso midiático desempenha um papel essencial na validação de determinadas imagens sociais, contribuindo para a construção do ethos de figuras públicas e para a ressignificação de identidades regionais (Soares, 2024, p. 417)”.

Ademais, a análise de discursos midiáticos, especialmente em contextos regionais, tem ganhado destaque nos estudos recentes sobre linguagem e poder. Como observam Boucher e Soares (2025), ao investigarem os discursos político-midiáticos veiculados por jornais locais, esses enunciados não somente informam, mas disputam sentidos e constroem identidades coletivas. À luz disso, a presente pesquisa pretende contribuir com essa abordagem ao analisar como a polêmica sobre a nomenclatura da castanha se insere em uma disputa simbólica por reconhecimento, pertencimento e legitimação de vozes amazônicas.

Assim, esta pesquisa está estruturada em três partes. A primeira apresenta o referencial teórico, abordando os conceitos de discurso, acontecimento discursivo e identidade cultural a partir dos principais autores da Análise do Discurso. A segunda parte analisa os discursos midiáticos e políticos que sustentam a polêmica em torno da castanha, destacando a relação entre linguagem e poder. Por fim, a terceira seção discute as implicações da disputa discursiva para a identidade amazônica e os impactos da circulação desses discursos na esfera pública.

A discussão sobre a nomenclatura da castanha reflete dinâmicas de poder discursivo, nos moldes do que Charaudeau (2005) propõe ao tratar da construção de significados no espaço social. Segundo o autor, “a linguagem não é somente um meio de comunicação, mas uma ferramenta de

poder” (Charaudeau, 2005, p. 67). Para Maingueneau (2008), a disputa linguística não ocorre isoladamente, mas está inserida em cenografias que influenciam sua recepção e interpretação pelo público.

Assim, mais do que uma controvérsia semântica, o caso da castanha revela-se como um acontecimento discursivo que entrelaça narrativas e lutas por reconhecimento simbólico por meio da linguagem.

## 2 É do Pará ou da Amazônia?

A análise de discursos proposta por Patrick Charaudeau (2008) e Dominique Maingueneau (2005) oferece ferramentas teóricas robustas para compreender a polêmica sobre a nomeação da castanha. Entretanto, tomam-se as obras de Michael Pêcheux (2022; 1990) como eixo central, pelo fato dele ensinar-nos que o discurso não é somente um conjunto de palavras em circulação, mas uma prática social situada. Diferente das abordagens linguísticas estruturalistas ou pragmáticas, interessa-nos aqui observar os efeitos de sentido produzidos nos embates discursivos, compreendidos como práticas atravessadas por formações ideológicas, materialidades e memórias.

Ademais, Pêcheux ensina-nos que os sentidos são mutáveis, ao serem produzidos consoante a posição discursiva que o sujeito ocupa em um determinado momento histórico e ideológico. Essa noção é crucial para pensar o conflito em torno das denominações “castanha-do-Pará” e “castanha-da-Amazônia”, uma vez que se trata de uma disputa por significação enraizada em memórias sociais distintas e estratégias de pertencimento regional.

Um conceito-chave mobilizado nesta reflexão é o de acontecimento discursivo, tal como elaborado por Pêcheux (1990) e posteriormente aprofundado por Soares (2024). O acontecimento discursivo é aquele que rompe com a repetição automática dos sentidos, desloca o já-dito e abre espaço para novas significações. Não se trata de qualquer enunciado novo, mas de uma irrupção simbólica que “abala os modos instituídos de inteligibilidade do mundo”, como defende Soares (2024), ao retomar o gesto fundacional da AD em 1969 como um acontecimento em si.

Na esteira de Soares, entende-se que certos debates — como o que envolve a nomeação da castanha como “do Pará” ou “da Amazônia” — podem ser lidos como acontecimentos discursivos, ao instaurarem uma disputa simbólica que põe em cena memórias, identidades regionais, pertencimentos e reatualizações de sentidos. Essa leitura exige, portanto, deslocar-se da mera constatação da variação lexical para o exame dos efeitos de sentido produzidos pela cena enunciativa.

Ou seja, conforme esse cientista da linguagem, um acontecimento discursivo se configura quando um determinado enunciado ou conjunto de discursos, ao alterar a percepção social sobre uma determinada temática, desencadeia disputas simbólicas e ressignificações, colocando em xeque sentidos fixos, estruturados, outrora inquestionáveis. No caso da castanha, nomear a castanha de forma que não “do-Pará” provocou embates discursivos que ultrapassam a questão semântica.

Essa perspectiva dialoga com a concepção de discurso proposta por Pêcheux (1990), que compreende o discurso como um espaço de significação que se estrutura historicamente e se inscreve em relações de poder. Para esse pensador, “o discurso não é somente um reflexo da realidade, mas um elemento constitutivo das formações ideológicas que estruturam as práticas sociais” (Pêcheux, 1990, p. 54). Em termos práticos, a disputa pela nomenclatura da castanha não pode ser vista como uma mera divergência terminológica, mas como um processo discursivo no qual diferentes atores disputam a imposição de significados legitimados socialmente.

Para aprofundar essa análise, Dominique Maingueneau (2005) contribui com a noção de cenografia, cena de enunciação e ethos — diretamente ligado à imagem discursiva que o enunciador deseja construir de si; fundamentais para analisar como os discursos são construídos e recebidos, esses conceitos permitem compreender de que forma a identidade paraense é afirmada no discurso de Alane Dias e como Adanilo busca uma abordagem mais inclusiva.

Patrick Charaudeau (2008) oferece ferramentas para compreender os modos de funcionamento da linguagem na mídia, especialmente quando se trata da construção da “voz de autoridade” e da produção de efeitos de verdade nos discursos jornalísticos e de celebridades. Em casos como o de Alane Dias e Adanilo, por exemplo, observam-se estratégias discursivas que legitimam ou deslegitimam certas formas de pertencimento regional, reforçando fronteiras simbólicas em torno do “ser amazônida”.

Embora ambos os autores tratem da análise do discurso, suas abordagens possuem distinções. Enquanto Charaudeau enfatiza o contrato comunicativo, que estabelece a relação entre o enunciador e o destinatário num contexto discursivo específico, pois “o sentido de um discurso é sempre negociado entre as partes envolvidas na comunicação” (Charaudeau, 2005, p. 115). Maingueneau, por sua vez, aprofunda-se na cenografia e na construção do ethos, destacando a importância do ambiente enunciativo e da identidade discursiva dos falantes. Dito de outro modo, o discurso não pode ser analisado sem considerar o espaço simbólico em que ele se insere.

Dessa forma, as contribuições de ambos se complementam na análise da disputa linguística e identitária analisada neste estudo. A escolha por essa base teórica visa evitar justamente a dispersão e

garantir um olhar articulado sobre os sentidos que emergem nos discursos em torno da castanha. Trata-se, portanto, de uma análise que não busca identificar “o correto”, mas compreender como se produzem efeitos de verdade e pertencimento nos dizeres que circulam, especialmente nas mídias digitais.

### **3 Análise discursiva: atores e contextos de produção**

Os principais atores envolvidos na polêmica são Alane Dias, atriz e ex-participante do reality show Big Brother Brasil (BBB), defensora do uso do termo “castanha-do Pará. Por outro lado, Adanilo, ator global, aquele que utiliza a denominação “castanha-da-Amazônia” e também reforça que essa mesma castanha também é conhecida como castanha-do-Brasil, segundo o ator (2025): “chamam de um monte de nome”. Esses discursos foram produzidos em um contexto midiático e amplificados pelas redes sociais; uma cena de enunciação que envolve o meio de comunicação, o público-alvo e as expectativas sociais (Maingueneau, 2008).

Nascimento e Cano (2011), no estudo intitulado *Cenas da Enunciação em Textos Jornalísticos: o caso da “ditabranda” na Folha de S. Paulo*, destacaram que a cenografia se torna uma estratégia de argumentação e envolvimento do leitor, o observável na forma como os discursos sobre a castanha são ressignificados nas redes sociais. Nesse sentido, os pesquisadores ressaltam que as cenas de enunciação não são meramente descritivas, mas operam na construção de sentidos legitimados socialmente, criando um espaço discursivo que favorece determinadas perspectivas em detrimento de outras.

Charaudeau (2008) complementa essa análise ao afirmar que o ambiente digital amplia a circulação e a recepção dos discursos, possibilitando a formação de novos contratos comunicativos entre os enunciadores e seus destinatários. Segundo ele, o discurso nas redes sociais se insere em um espaço de disputa simbólica, no qual diferentes atores buscam impor sua visão da realidade. Dessa forma, as redes sociais tornam-se um campo fértil para a disseminação e contestação de discursos identitários, funcionando como um espaço onde significados são negociados e ressignificados constantemente.

*"Eu tô falando o óbvio porque, às vezes, o óbvio precisa ser dito. Não é castanha do Brasil. Não é castanha da Amazônia. É muito simples. Não é difícil falar Para", comenta a atriz.*

Redação · 6 de janeiro de 2025



**Figura 1: Discurso de Alane Dias**

**Fonte: Jornal Estado do Pará On-Line (2025).**

Em seu discurso, Alane Dias utiliza uma estratégia discursiva direta e assertiva, ao se posicionar como uma defensora da cultura paraense, tornando sua fala acessível e clara. Ela também usou repetidamente o uso da palavra “não”, para enfatizar sua posição e corrigir, conforme sua formação ideológica, o uso indevido do nome da castanha por Adanilo. Notam-se efeitos de sentido produzidos quando se alterna a nomeação entre “castanha-do-Pará” e “castanha-da-Amazônia”, isto é, algo perturba o já-dito instituído e reabre a disputa sobre identidade e pertencimento; um acontecimento discursivo no sentido de Pêcheux (1990) e Soares (2024). Para a atriz, o uso do não é para destacar que não se trata de uma mera castanha, mas sim, da identidade cultural paraense a partir do nome.

Esse discurso é um exemplo de como a língua pode ser utilizada como um instrumento de resistência cultural, ao buscar preservar a identidade regional em face de uma narrativa mais ampla que tenta homogeneizar as particularidades de um país com regiões geográficas distintas, como o Brasil. Essa perspectiva dialoga com a concepção de discurso proposta por Michael Pêcheux, que compreende o discurso como um espaço de significação que se estrutura historicamente e se inscreve em relações de poder, todavia, “o discurso não é somente um reflexo da realidade, mas um elemento constitutivo das formações ideológicas que estruturam as práticas sociais” (Pêcheux, 1990, p. 54).

Nesses termos, a disputa pela nomenclatura da castanha não pode ser vista como uma mera divergência terminológica, mas como um processo discursivo no qual diferentes atores disputam a (im)posição de significados. Por conseguinte, essa disputa sobre a nomenclatura da castanha não pode ser vista tão somente como uma mera divergência terminológica, pois o embate discursivo

mediático entre Alane Dias e Adanilo também é compreendido numa perspectiva de disputa entre significação e legitimidade discursiva.

Nesse sentido, conforme o artigo “Análise do discurso político-midiático do Jornal Opção Tocantins”, dos pesquisadores Boucher e Soares (2025), a relação entre mídia e discurso político se fortalece à medida que os veículos de comunicação estruturam as disputas simbólicas em torno de elementos culturais, moldando as narrativas regionais de pertencimento e identidade, isto é, as disputas discursivas que ocorrem no campo midiático são atravessadas por estratégias que buscam consolidar determinadas perspectivas sobre um território. No caso do Tocantins, a imprensa local, frequentemente, enfatiza seu crescimento econômico para reforçar uma identidade diferenciada na região Norte.

Essa lógica pode ser comparada à disputa em torno da castanha, em que diferentes narrativas procuram legitimar ou deslegitimar a vinculação do produto a um estado, ou a uma região maior. Porquanto, disputas semelhantes ocorrem em diversas regiões do Brasil, onde produtos locais se tornam símbolos de identidade e pertencimento. Um exemplo marcante é a questão do queijo de Minas, cuja denominação é frequentemente debatida devido à sua fabricação em diversas regiões do estado, cada uma reivindicando a autenticidade do produto. Há também a disputa entre o pequi do Goiás e o pequi do Tocantins, que ilustra como a apropriação simbólica de um elemento cultural pode gerar tensões identitárias, tendo em vista que o estado do Tocantins ainda é, socialmente, interpretado com o estigma de remanescente do Goiás.

Outras situações podem ser ilustradas na denominação do acarajé baiano e sua apropriação em outras regiões do Brasil, bem como no debate sobre o uso do termo “chimarrão” para bebidas feitas fora do Rio Grande do Sul. Dessa forma, a intervenção discursiva de Alane Dias pode ser interpretada como uma cenografia de debate político, na qual a nomenclatura da castanha se torna um símbolo de luta cultural.

Essa estratégia discursiva também se alinha ao que Nascimento e Cano (2011, p. 399) descrevem como a construção de uma “cenografia de embate identitário”, pois a enunciação reforça um posicionamento cultural e histórico específico. Com outros termos, Maingueneau (2008) define a cenografia como o cenário discursivo criado pelo enunciador, onde ele configura a identidade do discurso e a imagem que deseja projetar ao interlocutor.

No discurso de Alane Dias, sua cenografia de embate identitário se insere na tentativa de reafirmar a identidade paraense e combater um apagamento cultural percebido, enquanto Adanilo adota uma abordagem mais neutra e conciliatória e, insere-se em uma cenografia genérica de

explicação, buscando diluir fronteiras regionais em favor de uma perspectiva mais abrangente da Amazônia. Dessa forma, as estratégias discursivas de ambos são construídas e legitimadas dentro dessas diferentes cenografias que influenciam diretamente a recepção do público e a circulação da polêmica nas redes sociais.

A análise da cenografia em torno da castanha revela como a escolha das palavras, ao proferir discursos, pode influenciar a percepção pública e a valorização de um produto. Dito de outro modo, a cenografia permite que o discurso se insira em um contexto mais amplo, onde a escolha de palavras não é neutra, mas sim repleta de significados que podem fortalecer ou contestar identidades, ao englobar as condições sociais, culturais e políticas que influenciam a produção e a recepção desse discurso (Maingueneau, 2008).

Para esse mesmo autor, a cenografia é como o cenário discursivo criado pelo enunciador, onde ele configura a identidade do discurso e a imagem que deseja projetar no interlocutor. Essa cenografia pode ser subdividida em três níveis: a discursiva — que determina o contexto imediato da enunciação; a genérica — que envolve a tipologia textual utilizada e, a global — que relaciona o discurso a um universo de significação mais amplo.

Soares (2024) também contribui com essa análise ao argumentar que a escolha das palavras, no momento em que se profere discursos, pode influenciar a percepção pública e a valorização de um produto. Desse modo, a nomenclatura da castanha pode ser compreendida como um acontecimento discursivo, pois não somente desencadeia novas interpretações, mas também modifica o espaço simbólico em que circula.

No contexto das redes sociais, essa disputa pela nomenclatura da castanha demonstra como determinados discursos podem gerar ondas de mobilização, amplificando debates identitários e promovendo disputas simbólicas sobre terminologias regionais. Assim, Soares reforça que a circulação discursiva nas mídias digitais não se dá de maneira linear, mas em camadas que afetam diferentes esferas de significação e negociação do sentido.

Por vez, o discurso de Adanilo:

O nome "castanha-do-para" surgiu porque o estado do Para foi o primeiro a exportar a castanha para outros estados brasileiros.

Redação 4 de janeiro de 2025



LínguaTec, Instit

ologia do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves  
v. 10, n. 1, p. 1-14, jun. 2025.

**Figura 2:** Discurso

**Fonte:** Jornal Estado do Pará On-Line (2025).

E acrescenta: “A castanha não pertence a um único estado, mas a toda a Amazônia”. Esse discurso pode ser compreendido conforme o que Nascimento e Cano (2011, p. 401) chamam de “cenografia conciliatória”, pois a enunciação busca estabelecer um consenso ao invés de enfatizar fronteiras simbólicas rígidas. Desse modo, enquanto a cenografia criada por Alane Dias é marcada por um ethos de resistência e defesa da identidade paraense, a de Adanilo é mais inclusiva e cosmopolita, podendo, ainda, ter como efeito, uma forma de apagamento das especificidades regionais pelo fato de defender a castanha como um produto internacional, isso porque, enquanto ambos os estados compartilham o fruto como parte de sua tradição culinária, há um esforço constante para demarcar sua origem legítima e diferenciá-lo no mercado regional, nacional e internacional.

A título de exemplificação, a mudança de rótulo observada em algumas marcas comerciais, como a “Amazônia Brasil Nuts”, que adota a nomenclatura “Brazilian Amazon Nuts” em sua versão para exportação. Aqui, há um deslizamento estratégico: desloca-se o eixo de sentido do regional para o geopolítico. A Amazônia funciona como marca de origem e valor simbólico global — o que Maingueneau (2008) apontaria como uma encenação de ethos: o sujeito-enunciador projeta-se como guardião da floresta e da biodiversidade, ancorando sua legitimidade discursiva em um ethos ecológico e cosmopolita.

Dito de outro modo, ao ser nomeada “da Amazônia”, a castanha não apenas se realocaliza, mas reinscreve-se em outra cena de enunciação, mais alinhada com discursos de sustentabilidade, preservação e ancestralidade. Surge, assim, um novo acontecimento discursivo, pois se desestabiliza o que parecia dado — “castanha-do-Pará” — e se abre um campo de disputas simbólicas sobre quem pode nomear, representar e capitalizar a Amazônia.

Soares (2024) argumenta que os acontecimentos discursivos não apenas refletem disputas ideológicas, mas também contribuem para a reconfiguração da memória coletiva e dos sentidos atribuídos a identidades culturais e regionais. No caso da castanha, a disputa por sua nomenclatura se insere num contexto maior por reconhecimento, legitimação e afirmação simbólica de pertencimento. De forma prática, o acontecimento discursivo permite compreender que essa polêmica não é estática, mas parte de um processo contínuo de negociação e ressignificação de significados no espaço público.

No entanto, “o discurso não é um simples reflexo da realidade, mas uma construção resultante das relações entre sujeito, ideologia e linguagem” (Orlandi, 2007, p. 23). Por conseguinte, a disputa discursiva em torno da nomenclatura da castanha deve ser compreendida nas formações discursivas que organizam e delimitam os sentidos possíveis, evidenciando que, qualquer enunciado é atravessado por múltiplos fatores históricos, sociais e políticos que condicionam sua interpretação e resignificação.

Nascimento e Cano (2011) afirmam que a cena de enunciação em textos jornalísticos pode moldar a percepção pública sobre acontecimentos e identidades, pois a escolha das palavras e como os discursos são construídos podem influenciar a recepção do público e a construção de imaginários sociais. Essa perspectiva é relevante para entender como a nomenclatura da castanha é discutida na mídia e como isso afeta a identidade cultural associada ao produto.

Assim, a escolha de termos como “castanha-do-Pará” ou “castanha-da-Amazônia” não é apenas uma questão de nomenclatura, mas uma construção social que reflete e molda a percepção pública sobre a identidade cultural e valoriza as especificidades de determinada região. Em outras palavras, o ethos de Alane Dias é construído com base na sua paixão pelo uso do termo “castanha-do-Pará”, enquanto o ethos de Adanilo foi construído durante o preparo da receita “Caboquinha de Tapioca” e se referiu à castanha, como da Amazônia”.

Quando questionado pela apresentadora Talitha Morete se o termo correto não seria castanha-do Pará, ele explicou:

Também, o nome castanha-do-Pará, da Amazônia, castanha do Brasil... chamam de um monte de nomes. O nome castanha do Pará surgiu porque o Pará foi o primeiro a exportar para outros estados brasileiros. Vale destacar que o fruto não é exclusivo do Pará, sendo também conhecido como castanha-da- Amazônia e castanha-do-Brasil (Adanilo, 2025).

Nota-se que a abordagem do ator não desconsidera o valor simbólico e economicamente expressivo da castanha. Sua formação discursiva reflete uma tentativa de conectar o produto a uma identidade mais ampla, que abrange a Amazônia na totalidade, quando afirma que o fruto é conhecido por diversos nomes —, como “castanha-da-Amazônia, castanha do Brasil”; o efeito de sentido da formação ideológica do ator global parece buscar uma inclusão bem-intencionada ao ampliar o nome dado à castanha nas diversas regiões do Brasil e não a restringir, exclusivamente à cultural do Pará.

Em termos práticos, a formação ideológica de Adanilo está alinhada com produtores, pesquisadores e ativistas que defendem a substituição do termo “castanha-do-Pará” por “castanha-da-Amazônia”, conforme matéria veiculada no site da Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária (Embrapa, 2025). Pontua-se, aqui, o funcionamento de outro acontecimento discursivo evidenciado neste estudo, nos moldes propostos por Michel Pêcheux (1990), como aquele enunciado que, ao romper com regularidades anteriores, instaura novos modos de dizer e de significar. Aqui, não se trata apenas de uma alteração o uso do nome da castanha, mas de uma reconfiguração do espaço simbólico em que se inscrevem os sujeitos amazônidas, seus saberes e sua territorialidade.

Como discute Soares (2024), o acontecimento discursivo não se esgota na irrupção de um “fato” isolado; ele inaugura série discursiva, deslocando sentidos estabilizados e convocando os sujeitos a reposicionamentos. À luz disso, seria plausível admitir que a mudança da designação da castanha tensiona a memória discursiva colonial — que naturalizou a hegemonia do “Pará” como região — e propõe um reposicionamento político-discursivo mais inclusivo e identitário. Ou seja, a disputa não se dá apenas no plano da nomenclatura, mas no campo simbólico de pertencimento territorial e reconhecimento cultural. Sublinha-se como o sujeito amazônico ganha outra reconfiguração, aquele que detém o conhecimento tradicional, que defendendo o consumo consciente, ou seja, desloca do lugar de invisibilizado para autor de saberes quando o nome “castanha-da-Amazônia” passa a circular nos meios de comunicação digitais. Há também, nesse cenário, a mídia participa ativamente dessa (re)produção de sentidos.

Dessa forma, o discurso de Adanilo pode ser considerado, involuntariamente, uma tentativa de promover a castanha como um produto internacional, mas, por Adelane, foi interpretado como alguém que ignora as particularidades culturais do estado do Pará. Com isso, pode-se notar uma construção de narrativas em torno da castanha baseada em uma série de estratégias discursivas que visam persuadir o público sobre a relevância social, cultural e geopolítica.

#### **4 Considerações finais**

A polêmica em torno da nomenclatura da castanha-da-Amazônia v.s. castanha-do-Pará é uma exemplificação contundente de como a linguagem e o discurso moldam a identidade cultural e a percepção pública. Através da análise da cenografia e do ethos, se pode entender que essa discussão vai além de uma simples questão de nomenclatura, refletindo sobre pertencimento, valorização e a luta por reconhecimento cultural. A escolha dos termos não é apenas uma questão de semântica, mas uma construção social que influencia como percebemos e valorizamos nossos produtos e culturas.

Nesse contexto, as redes sociais desempenham um papel central, por ampliarem e ressignificam discursos identitários, criando um ambiente de constante disputa simbólica, logo, o

objetivo desse estudo foi alcançado, visto que foi possível compreender a dinâmica das disputas discursivas nos meios de comunicação digitais, identificar as estratégias argumentativas empregadas pelos atores e os efeitos de sentido desses discursos, sobre a formulação da identidade cultural.

Sob esse prisma, os discursos analisados revelam diferentes estratégias de apropriação e contestação da identidade regional. Enquanto alguns discursos defendem a manutenção do termo “castanha-do-Pará” como uma forma de preservar a história e a cultura paraense, outros argumentam a favor do termo “castanha-da-Amazônia”, como uma denominação mais inclusiva e representativa da região amazônica na totalidade.

As redes sociais se mostraram um espaço essencial para a amplificação desses debates, possibilitando que diferentes vozes se manifestassem e contribuíssem para a ressignificação dos sentidos atrelados à nomenclatura da castanha. Além disso, constatou-se que os meios de comunicação desempenham um papel fundamental na legitimação de determinados discursos e na construção de narrativas que moldam a percepção pública sobre a identidade cultural e territorial da Amazônia.

A mídia tradicional e digital atuam como espaços de disputa simbólica, onde diferentes atores buscam consolidar suas posições e influenciar a opinião pública, destarte, conclui-se que esse estudo contribui para a compreensão das disputas discursivas que envolvem a identidade cultural e a territorialidade na Amazônia, evidenciando a importância da linguagem na formulação e manutenção das representações regionais. Ao analisar os discursos políticos e midiáticos, a pesquisa amplia a compreensão sobre como os acontecimentos discursivos se estruturam e se consolidam no espaço público.

Diante de tais considerações, recomenda-se, para trabalhos futuros, um maior aprofundamento sobre o impacto dessas disputas discursivas na formulação de políticas públicas e na valorização de produtos regionais, bem como um estudo comparativo com outras controvérsias terminológicas que envolvem identidade cultural no Brasil.

## Referências

ALANE Dias corrige ator da Globo sobre castanha: “É castanha-da-Amazônia”. Estado do Pará Online, 4 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://estadodoparaonline.com/alane-dias-corrige-ator-do-globo-sobre-castanha-e-castanha-do-para/> Acesso em: 03 fev. 2025.

BOUCHER, Damião Francisco; SOARES, Thiago Barbosa. Análise do discurso político-midiático do Jornal Opção Tocantins. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 7, p. 01–16, 2025. DOI: 10.56579/rei.v7i1.1282. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/1282>. Acesso em: 24 fev. 2025.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2008.

COSTA, P. da; WADT, L. H. de O.; SILVA, K. E. da. Batalha dos nomes: Por que a castanha produzida na Amazônia tem tantos nomes. **Embrapa**, 2025. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/97781141/artigo---batalha-dos-nomes-por-que-a-castanha-produzida-na-amazonia-tem-tantos-nomes>

FIORIN, José Luiz. Língua, discurso e política. **ALEA**, v. 11, n. 1, p. 148–165, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas; CANO, Márcio Rogério de Oliveira. Cenas da enunciação em textos jornalísticos: o caso da “ditabranda” na *Folha de S. Paulo*. **Veredas On Line**, v. 398–411, 2011.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso: estrutura e acontecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

SOARES, Thiago Barbosa. O acontecimento da análise do discurso: 1969, o ano que não terminou. **Cadernos de Pós-Graduação em Letras (Online)**, v. 24, p. 273–291, 2024. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgl/article/view/15976>. Acesso em: 24 fev. 2025.

Data de submissão: 24/02/2025. Data de aprovação: 20/05/2025.